



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**  
**335/2012**

<b>PROCESSO</b>	3141/2011
<b>PROJETO DE LEI</b>	106/2011
<b>EMENTA</b>	Conceder as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo.
<b>INICIATIVA</b>	NAMY CHEQUER
<b>PARECER</b>	Comissão de Justiça - Pela Manutenção do Veto Total.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

EST. Processo. 0141/2011 Projeto de Lei 100/2011

Data e Hora: 17/05/11 13:55:48

Procedência Namy Chequer

Conceder as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo.

## PROJETO DE LEI NO. 100/2011

**Conceder as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

DECRETA

**Art. 1º.** Ficam as empresas, que operam no sistema de transporte coletivo da cidade de Vitória, obrigadas a conceder a crianças de até 05(cinco) anos o direito de passar pela catraca e/ou roleta dos ônibus.

**Art. 2º.** O Poder Público Municipal deverá cadastrar todas as crianças que buscarem o benefício sem necessidade de renovação até o término de sua validade.

Gabinete do Vereador Namy Chequer

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, no. 1788 – Bento Ferreira – Vitória-ES CEP: 29050-940 –  
Telefones: (27) 3334-4541 / (27) 3334-4581 – Fax – E-mail: [namychequervereador@gmail.com](mailto:namychequervereador@gmail.com)



Ed. Paulo Pereira Gomes – Gabinete 701

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3141	02	Mun
------	----	-----

**Art. 3º.** A isenção da tarifa dar-se-á mediante utilização de cartão eletrônico, válido até a data anterior ao aniversário de seu 6º (sexto) ano de vida.

- I-  cartão eletrônico será distribuído gratuitamente após realizado o cadastro nas unidades autorizadas. ;
- II-  cartão eletrônico é pessoal e intransferível.

**Art. 4º.** Não poderá ser autorizado o aumento nas tarifas de transporte urbano, devido aos custos que esse benefício possa originar.

**Art. 5º.** O benefício terá validade em todos os transportes coletivos que circularem no âmbito do Município.

**Art. 6º.** O benefício poderá ser estendido aos transportes intermunicipais mediante convênios firmados com outros municípios, governo estadual e/ou governo federal.

**Art. 7º.** As despesas com a execução desta Lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

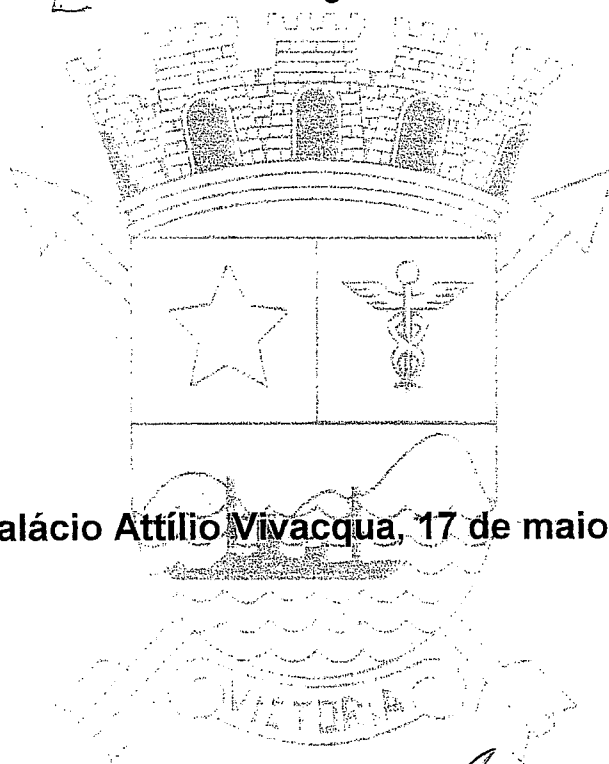
# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3141 03 1401

*Executivo*  
**Art. 8º** O Poder Público Municipal regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar a data de sua publicação.

**Art. 9º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Palácio Atílio Vivacqua, 17 de maio de 2011.

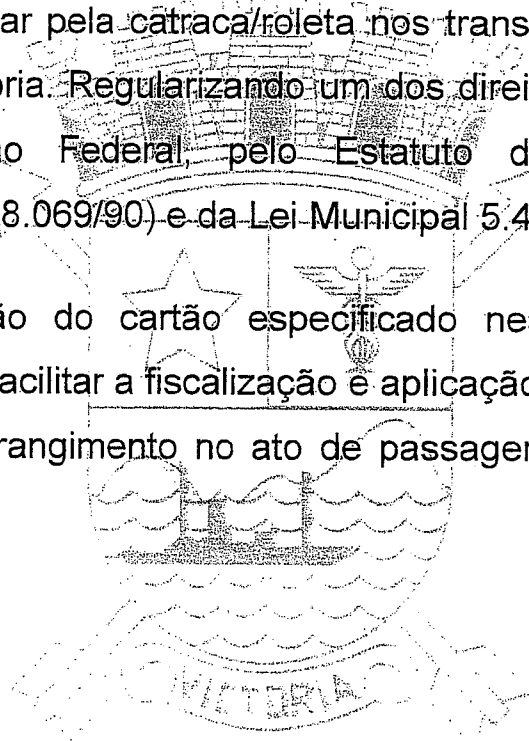
*[Signature]*  
**NAMY CHEQUER**  
Vereador - PCdoB

Gabinete do Vereador Namy Chequer  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, no. 1788 – Bento Ferreira – Vitória-ES CEP: 29050-940 –  
Telefones: (27) 3334-4541 / (27) 3334-4581 – Fax – E-mail: [namychequervereador@gmail.com](mailto:namychequervereador@gmail.com)  
Ed. Paulo Pereira Gomes – Gabinete 701

### JUSTIFICATIVA

O objetivo deste Projeto de Lei é o cumprimento da concessão as crianças de até 05 (cinco) anos de idade incompletos o direito de passar pela catraca/roleta nos transportes coletivos no Município de Vitória. Regularizando um dos direitos já assegurados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e da Lei Municipal 5.432/2001.

A confecção do cartão especificado neste projeto faz-se necessário para facilitar a fiscalização e aplicação da Lei, evitando o perigo e o constrangimento no ato de passagem por de baixo da "catraca".



**NAMY CHEQUER**

**Vereador – PCdoB**



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3141	23	

GAB/1163

Vitória, 29 de agosto de 2012

Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício nº 195/12, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 9.543/12, originário do Projeto de Lei nº 106/11, de autoria do Vereador Namy Chequer Bou Habib Filho, que concede as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo.

Em conformidade com o Ofício nº 1047/12, da Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana e Opínamento nº 423/12, da Procuradoria Geral do Município, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no inciso IV do Art. 113, e na forma do que dispõe o § 2º do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto aposto.

Atenciosamente,

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Reinaldo Matiazzi

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.5255967/12 - PMV

3141/11 - CMV

ccmt



Processo nº	
5255967/12	
Fis.	Rubrica
08	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana

Ofício N.º 1047/12 - SETRAN/GAB

Vitória, 17 de Agosto de 2012.

Processo nº 5255967/2012  
Projeto de Lei nº 106/2011  
Autógrafo de lei nº 9.543/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3141	24	

Senhor Prefeito,

**Relatório**

O referido Autógrafo de Lei é decorrente da aprovação pelo Legislativo Municipal do projeto de lei n.º 106/2011, de autoria do Vereador Namy Chequer, em sessão realizada em 02 de agosto de 2012, cuja ementa é a seguinte: **"Conceder as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo"**.

**Fundamentação**

Considerando que:

- A Lei Orgânica do Município de Vitória, que em seus artigos dispõe:

**Capítulo V – DO TRANSPORTE URBANO**

Art. 235 – São isentos de pagamento de tarifa nos transportes coletivos urbanos:

I – .....

II – as crianças menores de cinco anos de idade;

III – .....

§ 2º - É vedada a concessão de qualquer outro tipo de gratuidade ou isenção no transporte coletivo urbano de passageiros, **sem a definição da fonte de recursos para custeá-la.**



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3141	25	

Processo nº 525596712	
Fls. 09	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana

- A Lei Municipal n.º 5.432/2001, que instituiu as Diretrizes para o Transporte Coletivo Urbano no Município de Vitória, em seu art. 1º dispõe que aos maiores de sessenta e cinco anos e aos menores de cinco anos de idade é garantida, por força do § 2º do art. 230 da Constituição Federal, a gratuidade nos transportes coletivos urbanos, mediante a apresentação de documento de identificação, e no § 3º veda a concessão de gratuidade no transporte, redução no valor da tarifa e, ainda, a inclusão ou manutenção de subsídio de qualquer natureza sem que o proponente dessas vantagens indique a fonte extratarifária de liberação dos recursos financeiros compensatórios necessários;
- Compete ao Executivo Municipal o gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo;
- Torna-se necessário observar que o Sistema de Transporte é operado por empresas privadas, cuja remuneração dos serviços prestados tem como única fonte o pagamento da tarifa, qualquer proposição que venha a gerar custos refletirá no valor da tarifa paga pelos usuários;
- Haverá ônus orçamentário adicional ao Poder Executivo, pois cria despesas com o controle e cadastramento das crianças;
- A introdução desse novo tipo de Cartão de Gratuidade, não passe a ser uma nova fonte de evasão de receita no Sistema Municipal de Transporte Coletivo;
- Conforme proposto neste Autógrafo de Lei, está estendendo a gratuidade às crianças maiores de 05 (cinco) anos, já que no art. 3º garante a validade do cartão até a data anterior ao aniversário de seu 6º (sexto) ano de vida, contrariando assim, o que determina a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de Vitória e a Lei nº 5.432/2001;
- Diante do exposto, são impertinentes as disposições do Autógrafo de Lei, haja vista não ser necessário, oportuno ou conveniente à Administração desenvolver esforços para dar vida a uma norma que já vem sendo plenamente aplicada a contento, sem peso adicional de mais procedimentos burocráticos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana


Processo nº	
5255967112	
Folha	Rubrica
10	01

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3141	26	

**Conclusão**

Pelo exposto acima, nosso parecer é pelo veto do presente Autógrafo de Lei, considerando que a presente proposição não possui respaldo na legislação vigente e que requer uma redação mais clara dos objetivos pretendidos.

Respeitosamente

  
**DOMINGOS SÁVIO GAVA**

Secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana

Exmo. Sr.

**JOÃO CARLOS COSER**

Prefeito Municipal de Vitória

## FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO

Trata-se de proposta legislativa que, visa regulamentar a forma de operacionalização da gratuidade do transporte municipal para crianças de até 05 anos de idade por intermédio da utilização de cartão eletrônico válido até a data anterior ao aniversário de 6 anos da criança, ampliando o benefício previsto no Art. 229 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal e criando despesas para o Município com o cadastramento das crianças e emissão de cartões eletrônicos, vez que atualmente para o exercício do direito basta que a criança apresente seu documento de identificação.

A proposta é oriunda de membro do Poder Legislativo e versa sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, contrária frontalmente a Lei Orgânica do Município de Vitória que em seu artigo 232 estabelece expressamente:

"Art. 232 - Ao Executivo Municipal compete o planejamento e a operação do transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo único. O estabelecimento de itinerários e a operação de novas linhas de transporte coletivo, serão submetidos previamente à aprovação da população, mediante entidades representativas da comunidade."

Atentamos, ainda, para o fato de que inexistente nos autos qualquer manifestação de que o presente projeto foi submetido à aprovação da população ferindo o próprio art. 232 acima mencionado bem como o artigo 231 que assim estabelece:

"Art. 231 - A lei disporá sobre as diretrizes gerais do transporte urbano e contará com a participação dos usuários na fiscalização, na gestão e na definição do serviço."

Verificamos ainda que o projeto é contrário ao art. 235 da LOMV, vez que este prevê a gratuidade para **MENORES** de cinco anos e não de seis anos conforme pretende o autógrafo, sendo certo que o § 2º explicitamente veda a concessão de qualquer outra gratuidade ou isenção sem a definição da fonte de recurso para custeá-la:

admite aumento de despesa pública quando a iniciativa do projeto de Lei for reservada ao Chefe do Poder Executivo. Precedentes do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema. (TJSP; ADI 990.10.005473-2; Ac. 4610954; São Paulo; Órgão Especial; Rel. Des. José Reynaldo; Julg. 14/07/2010; DJESP 18/08/2010)

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.** Lei nº 4.941, de 04/7/2008, do Município de Botucatu -Vício de iniciativa. Caracterização. Usurpação de atribuições pertinentes a atividades próprias do Poder Executivo. Violação do princípio da independência e harmonia entre os poderes. Afronta aos arts 5º *caput*, e 47, inciso II, da Constituição Estadual. Sanção e promulgação pelo Prefeito. Fato que não supre o vício de iniciativa. Inobservância dos princípios orçamentários constitucionais. **Criação de despesa pública sem indicação dos recursos disponíveis para atendê-la. Inconstitucionalidade declarada.** Ação procedente. (TJSP; ADI 994.08.013195-4; Ac. 4599953; São Paulo; Órgão Especial; Rel. Des. Souza Lima; Julg. 16/06/2010; DJESP 11/08/2010)

Ante o exposto, consideramos o Autógrafo de Lei inconstitucional ante o vício de iniciativa, ante a ausência de manifestação popular acerca do que se pretende implementar, ante a ampliação da isenção sem a definição da fonte de recursos para custeá-la, com afronta direta aos Arts. 231, 232 e 235 da LOMV, bem como por afronta a Lei de responsabilidade fiscal, em especial aos arts. 15 e 16.

Dessa forma, opinamos pelo veto total com fulcro no art. 83, § 2º, da LOMV.

É como pensamos, S.M.J.

Vitória-ES, 27 de agosto de 2012.

  
ADRIANA VILLA-FORTE DE OLIVEIRA BARBOSA

Assessor Técnico/PGM

OAB-ES nº 11.786

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**FABRICIO**  
**GANDINI**  
VEREADOR

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 106/2011

Processo: 3141/2011

Autor: Namy Chequer

Ementa: "Conceder as crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo".

### I - RELATÓRIO

De autoria do Vereador Namy Chequer, o projeto em epígrafe concede às crianças de até 05 (cinco) anos de idade o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo.

O projeto em análise foi aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal de Vitória em sessão realizada no dia 02/08/2012, tendo sido enviado, na forma do Autógrafo de Lei nº 9.543/2012, ao Prefeito Municipal, em atendimento ao disposto pelo art. 83 da Lei Orgânica deste município, tendo sido o mesmo vetado totalmente pelo chefe do Executivo e, então, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer a cerca do veto aposto, sendo recebido em nosso gabinete para emissão de parecer.

### II - PARECER DO RELATOR

O referido autógrafo obriga as empresas que operam no sistema de transporte coletivo da cidade de Vitória, a conceder às crianças de até 05 (cinco) anos de idade, o direito de passar pela catraca/roleta no transporte coletivo conceder.

A Assessoria Técnica da Câmara Municipal de Vitória, por solicitação do Presidente da Comissão de Justiça Vereador Ademar Rocha, emitiu parecer, fls. 06 e 07, no sentido de que no projeto em análise não existem vícios de ilegalidade ou de

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

[www.fabriciogandini.com.br](http://www.fabriciogandini.com.br)



[contato@fabriciogandini.com.br](mailto:contato@fabriciogandini.com.br)



[on.fb.me/fabriciogandini](https://on.fb.me/fabriciogandini)



[fgandini](https://twitter.com/fgandini)



[informegandini](https://www.youtube.com/user/informegandini)



[gandinif](https://plus.google.com/u/0/+gandinif)



[Fabricio Gandini](https://www.instagram.com/fabriciogandini)

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**FABRICIO  
GANDINI**  
VEREADOR

inconstitucionalidade, e que o mesmo não configura-se contrário a Lei Orgânica, ou ainda, contrário ao interesse público, opinando de forma favorável a sua apreciação, razão pela qual esta Comissão manifestou-se pela aprovação do mesmo em função da existência de análise técnica especializada sobre a matéria.

Através do Ofício nº 1047/2012/SETRAN/GAB de 17/08/2012, constante de fls. 24, a Secretaria Municipal de Transporte trânsito e Infraestrutura Urbana, emitiu parecer recomendando o Veto Total ao referido Autógrafo, tendo em vista que a concessão da gratuidade às crianças até a data anterior ao aniversário de seu 6º (sexto) ano de vida contraria a determinação da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Vitória.

A Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal emitiu parecer, constante de fls. 27 e 28, recomendando o veto integral, pois o Autógrafo de Lei em tela padece de vício de inconstitucionalidade, ante a ampliação da isenção sem a definição da fonte de recursos para custeá-la, com afronta direta aos artigos 231, 232 e 235 LOMV, bem como por afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial aos artigos 15 e 16, citados abaixo.

Art. 231- A lei disporá sobre as diretrizes gerais do transporte urbano e contará com a participação dos usuários na fiscalização, na gestão e na definição do serviço.

Art. 232- Ao Executivo Municipal compete o planejamento e a operação do transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo único. O estabelecimento de itinerários e a operação de novas linhas de transporte coletivo, serão submetidos previamente à aprovação da população, mediante entidades representativas da comunidade.

Art. 235- São isentos de pagamento de tarifa nos transportes coletivos urbanos:

I - ...

II - as crianças menores de cinco anos de idade;

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**FABRICIO**  
**GANDINI**  
VEREADOR

Comissão de

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 06/11/2012

Presidente

Comissão de

Ao Dep'to  
providências

Em, \_\_\_\_\_

devidas

"Art. 15- Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16- A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."

Tendo em vista os pareceres apresentados, e após minuciosa análise de todos os motivos fundamentadores do veto aposto ao Autógrafo de Lei em epígrafe, entendemos que o mesmo é coerente e necessário.

Diante do exposto e em atendimento ao art. 313 da Resolução 1722/98, opinamos pela MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL ao Projeto de Lei 106/2011.

S.M.J.  
É o parecer.

PALÁCIO ATÍLIO VIVACQUA, 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Fabrizio Gandini  
Vereador - PPS  
Comissão de Justiça - Relator

Gabinete do Vereador Fabrizio Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532